Tiago Andrade Campos // "Liberdade para quem? Aqueles que sempre estiveram por baixo nunca tiveram sequer um momento de paz, suas vidas dependem de suas lutas e ainda assim são massacrados diariamente. Uma bandeira com marcas de tiros e sob um fundo vermelho como o sangue representa muito bem o que tem sido nosso país não apenas após seu processo de independência, mas desde a invasão de suas terras. A festa não é para todos, ela nunca foi."

6 Artigo

Órgãos de inteligência e o desenvolvimento dependente: relações entre SNI e CIA (1964-1991)[1]

José W. A. Neves Jr.[2]

Resumo // O debate acerca da manutenção e consolidação da Soberania nacional na conjuntura contemporânea perpassa, inexoravelmente, a problematização das formas de construção e funcionamento dos serviços de inteligência de cada Estado-nação. A partir do estabelecimento de um diálogo com as contribuições acerca do caráter dependente do capitalismo brasileiro, propõe-se problematizar a forma como a subordinação brasileira ao capital internacional (com destaque para os EUA) condicionou a formação de um serviço de inteligência potencialmente débil e deficitário no que tange à efetiva garantia da Soberania brasileira frente aos múltiplos interesses impostos pelas potências hegemônicas. Foram apropriadas como fontes de pesquisa os documentos provenientes do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do acervo de documentos desclassificados da *Central Intelligence Agency* (CIA). A partir de um prisma analítico gramsciano, este trabalho propõe-se a ampliação do conceito de hegemonia para consolidar um primeiro passo na teorização do fenômeno das guerras híbridas.

Palavras-chave // Serviços de inteligência; Guerras híbridas; Soberania nacional.

---

1 A presente pesquisa encontra-se vinculada ao projeto "Os documentos inéditos dos Arquivos do SNI (Paraná-BR), do projeto Opening the Archives e da CIA (EUA)" que, sob supervisão do Prof. Dr. Fabio Lanza, está sendo desenvolvida no Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), contando com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Araucária.

2 Bolsista CNPq de Pós-Doutorado Júnior junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (PPGSOC-UEL) e Pesquisador Colaborador do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp). Doutor em Ciências Sociais pela Unesp/Marília. E-mail: nevesjr1991@uel.br

Introdução

As primeiras décadas dos anos 2000 foram marcadas por um gradual processo de disponibilização de fontes documentais sobre a atuação de órgãos estatais de repressão, coerção e inteligência acerca das ditaduras de Segurança Nacional impostas na América Latina durante o período de Guerra Fria (1945-1991). Dentre estas fontes, encontram-se os casos de registros documentais produzidos e mantidos submissos ao regime de sigilo de Estado, sob o pretexto de manutenção de supostos interesses de segurança nacional.

No caso do modelo paradigmático de construção dos serviços de inteligência pós Segunda Guerra Mundial, a *Central Intelligence Agency* (CIA) dos Estados Unidos da América (EUA), indica-se que, apesar de sua proposta de Programa de Revisão Histórica (*Historical Review Program* – HRP) surgir em 1989, é somente em 2001 que os arquivos temáticos de dossiês investigativos começam a ser disponibilizados para acesso público no endereço eletrônico da própria CIA – não deixando de reforçar que este processo de desclassificação perpassa avaliações e censuras, para atender aos interesses de segurança nacional estadunidenses.

De modo bem menos autocrítico, o acesso às fontes documentais brasileiras relativas ao período de ditadura militar nacional (1964-1985) tornou-se possível somente com a promulgação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011), deixando ao encargo de Instituições e órgãos de pesquisa e documentação a competência de sistematizar e disponibilizar para acesso o material que, porventura, encontrou condições para manter-se preservado durante os anos subsequentes ao desmembramento do aparelho institucional militar.

No que tange ao principal órgão de inteligência brasileiro da época, o Serviço Nacional de Informações (SNI), coube ao protagonismo de pesquisadores vinculados ao Centro Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Faculdade Getúlio Vargas (CPDOC-FGV/RJ) o papel de coleta, preservação, digitalização e disponibilização das fontes documentais, para pesquisa em espaço físico do Arquivo Nacional e de Universidades brasileiras parceiras.

O acesso a este tipo específico de fonte documental permite problematizar e, em determinadas situações, elucidar os diversos aspectos de gestação do fenômeno político, econômico, militar, cultural e ideológico que vem sendo tratado a partir da conceituação de "Guerras Híbridas" (Bevins, 2021; Prashad, 2020; Korybko, 2018), constituído por múltiplas estratégias de intervenção (direta ou indireta)

que visam ao direcionamento das tomadas de decisão de distintos países a partir dos interesses de potências capitalistas hegemônicas.

Este fenômeno coloca em xeque os princípios basilares de soberania dos Estados nacionais e levanta profundos questionamentos acerca do caráter paradoxal da existência de serviços de inteligência em uma ordem mundial supostamente democrática. Nesta perspectiva, a pretensão do presente artigo é de problematizar as formas específicas assumidas pelas relações entre os sistemas de inteligência do Brasil e dos Estados Unidos, durante a ditadura militar (1964-1985), em decorrência da dependência que caracteriza o sentido da via de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

São mobilizadas, para tanto, fontes documentais intencionalmente selecionadas, provenientes dos arquivos da CIA e do SNI,[3] que possibilitam analisar as formas como a relação de dependência (econômica, política, cultural e ideológica) da via de desenvolvimento capitalista brasileira perpassou os registros de inteligência nacional (SNI) e internacional (CIA), objetivando, assim, contribuir para o fomento de novas pesquisas acerca da temática e dos extensos arquivos recentemente abertos para investigações dos distintos ramos do conhecimento.

Ademais, as reflexões aqui apresentadas possuem o sentido de colaborar com o processo de teorização científica do fenômeno das "Guerras Híbridas" e do extenso debate acerca do caráter paradoxal de coexistência de serviços de inteligência nos parâmetros de democracia globalizada que se pretende consolidar, ou reproduzir, na sociedade contemporânea.

Relações entre SNI e CIA durante a ditadura militar brasileira

No ano de 2018, o pesquisador de Relações Internacionais da Faculdade Getúlio Vargas (FGV) Matias Spektor, identificou nos arquivos estadunidenses o memorando, produzido em 1974 pelo então diretor central da CIA, William Colby, que informava ao Departamento de Estado dos EUA sobre reunião realizada entre os generais Ernesto Geisel, então presidente do Brasil (1974-1979),

3 As fontes do SNI apropriadas para esta pesquisa são majoritariamente referentes aos territórios do Paraná (PR) e Santa Catarina (SC) e encontram-se atualmente disponíveis para pesquisa no espaço físico do Arquivo Nacional (RJ) ou do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL).

João Batista Figueiredo, então chefe do SNI e futuro presidente do Brasil (1979-1985), Milton Tavares de Souza e Confúcio Danton de Paula Avelino – respectivamente anterior e posterior chefe do Centro de Inteligência do Exército (CIE).[4]

O documento, direcionado para o Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, reforçava o conhecimento e anuência dos generais brasileiros em continuar a articulação de métodos extralegais de combate ao comunismo em território nacional, indicando que no ano de 1973 aproximadamente 104 pessoas subversivas foram sumariamente executadas pelos órgãos de repressão brasileiros e que, a partir de 1974, a decisão sobre as execuções no país ficaria sob responsabilidade do chefe do SNI (na época, João Batista Figueiredo) – informa-se, ainda, a concordância de Figueiredo para que o CIE assumisse como prioridade o combate ao comunismo.

Assim, em paralelo à promessa de Geisel de iniciar a abertura política (lenta, gradual e segura) ocorre o compromisso de, não só, dar continuidade à cruzada anticomunista de Washington em território brasileiro como, também, torná-la uma das atribuições majoritárias da inteligência nacional. Determinada constatação coloca em xeque a concepção da comunidade de informações brasileira como responsável pela manutenção e garantia da Soberania nacional, ao passo que explicita a compactuação, ou mesmo submissão, aos interesses estratégicos estadunidenses. Torna-se pertinente, neste ponto, indicar a concepção de serviços de inteligência que norteia esta reflexão:

> Sistemas governamentais de inteligência consistem em organizações permanentes e atividades especializadas na coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, a defesa nacional e a garantia da ordem pública de um país. Serviços de inteligência são órgãos do Poder Executivo que trabalham prioritariamente para os chefes de Estado e de governo e, dependendo de cada ordenamento constitucional, para outras autoridades da administração pública e mesmo do Parlamento. São

4 EUA. *Central Intelligence Agency*, Memorandum from Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger, Washington, 11 de abril de 1974. Disponível em: https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99 (acessado em 29 de maio de 2019 às 12h12m).

> organizações que desempenham atividades ofensivas e defensivas na área de informações, em contextos adversariais em que um ator tenta compelir o outro à sua vontade. Nesse sentido, pode-se dizer que essas organizações de inteligência formam, juntamente com as Forças Armadas e as polícias, o núcleo coercitivo do Estado contemporâneo (Cepik, 2003, p. 75-76).

Deste modo, no que tange às atribuições cabíveis e inerentes aos serviços de inteligência, já se evidencia uma aparente contradição na atuação do SNI e da comunidade de informações que o integrava e auxiliava na época, que reside, precisamente, na forma dual de subordinação do órgão que se expressa na problemática levantada. O SNI, deste modo, apesar da força exercida pelo representante do Executivo nacional, não deixava de incorporar as atribuições de atendimento e implementação das demandas estrangeiras – no caso analisado, o combate ao comunismo para viabilizar, em última instância, a gestão da relação de dominação dos EUA na América Latina.

Essa problemática da cumplicidade subordinada deita raízes na própria gênese do Serviço Nacional de Informações (SNI). Criado por intermédio da Lei nº 4.341 de 13 de julho de 1964, o SNI foi idealizado e posto em prática pelo principal ideólogo da ditadura militar brasileira, o general Golbery do Couto e Silva que, logo após assumir a chefia do órgão, estabeleceu o acordo "Relação de Ligação entre o Serviço Nacional de Informações Brasileiro e o Serviço de Informações Americano", por meio do qual a CIA, a partir de seus pressupostos e paradigmas de atuação, se incumbiria de auxiliar o processo de aperfeiçoamento e adequação do serviço de inteligência brasileiro (Mathias; Andrade, 2012). Assim, a estrutura de inteligência brasileira erigiu-se sobre bases e diretrizes alinhadas aos interesses de Washington.

Há, ainda, de se levar em consideração o clima internacional de tensão gerado pelo contexto de Guerra Fria, no qual a predominância de uma visão dicotômica de mundo impunha aos países do Terceiro Mundo um alinhamento explicito com o *Ocidente cristão democrático* ou com o *Oriente ateu comunista* (Miguel, 2002). Assim, a produção e difusão, sob protagonismo dos EUA, dos princípios ideológicos basilares do anticomunismo exerceram papel central no direcionamento das tomadas de decisão e articulações de setores conservadores e tradicionalistas em distintos países do Sul Global (Prashad, 2020). Dentro desta perspectiva:

> Deve-se ainda levar em conta que estas relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações [...] Esta relação entre forças internacionais e forças nacionais torna-se ainda mais complexa por causa da existência, no interior de cada Estado, de várias seções territoriais com estruturas diferentes e diferentes relações de força em todos os graus (Gramsci, 2011c, CC 13, § 17, vl. 3, p. 42).

Esta percepção do fluxo ideológico entre nações hegemônicas e dependentes não implica afirmar a existência de uma efetiva homogeneidade ideológica internacional. Pelo contrário, parte-se do princípio da existência dos mencionados elementos basilares que fundamentam uma concepção de mundo mais ampla e que passam por um processo de incorporação e adequação à cultura nacional dos países dependentes em que se instalam – por exemplo, analisando comparativamente as especificidades do anticomunismo no Brasil e Argentina durante a Guerra Fria, Bohoslavsky (2016) evidencia distintas roupagens assumidas pela perspectiva interna e externamente aos dois países sul-americanos.

Neste sentido, é pertinente reconhecer o caráter heterogêneo e complexo que as ideologias assumem na realidade concreta. Ilustra-se determinada perspectiva a partir do relatório da CIA, datado de setembro de 1973, intitulado *The Intensified Rivalry Bettween Brazil and Argentina*[5] no qual o agente de inteligência responsável, apesar de reconhecer o Brasil como o mais fiel aliado dos EUA na América Latina, não deixa de ressaltar que "até mesmo brasileiros por vezes acham proveitoso tomar posições anti-EUA em assuntos de independência econômica e orgulho nacional".[6]

É justamente em decorrência deste caráter complexo que a dinâmica de disputas ideológicas assume no cotidiano da vida social que advém a preocupação dos Estados modernos em desenvolver mecanismos de garantia e manutenção da

---

5 Documento disponível no endereço eletrônico: https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R002000120044-5.pdf (acessado em 02 de junho das 2021 às 16h09min)

6 Do original: "Even the Brazilians on occasion will find it useful to take anti-US positions on issues of economic independence and national pride" (*CIA*, The Intensified Rivalry Bettween Brazil and Argentina, 04 september 1973, p. 08)

hegemonia (interna e externa) dos principais elementos ideológicos necessários à reprodução dos objetivos de longo prazo que perpassam o projeto de desenvolvimento de cada Estado-nação, e da(s) classe(s) e/ou grupos que o ocupam. Deste modo, é relevante adentrarmos a discussão acerca do papel desempenhado pelos serviços de inteligência na dimensão da hegemonia.

Serviços de inteligência e a hegemonia

Em minha Tese de Doutorado em Ciências Sociais (Neves Jr., 2021), analisando as especificidades assumidas pela ideologia de segurança nacional no cotidiano de atuação da comunidade de informações paranaense durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), propus uma ampliação conceitual da teoria gramsciana acerca da hegemonia, defendendo a classificação dos serviços de inteligência como instituições componentes do "aparelho estatal de hegemonia".

Em suas contribuições carcerárias, Gramsci (2011a; 2011b; 2011c) aborda os diversos aparelhos especializados que foram produzidos, e reproduzidos, pelas sociedades modernas, para a consolidação do consenso ideológico e conquista da hegemonia de determinada classe, ou grupo, sobre os demais componentes sociais. No âmbito da hegemonia, o filósofo sardo tem como foco a conceituação dos "aparelhos privados de hegemonia" (entendidos como meios de comunicação, majoritariamente vinculados à sociedade civil, para difusão ideológica em busca da cristalização do consenso),[7] mas, não deixa de problematizar, em análise do caso francês, as tendências de crise hegemônica de sua época (Gramsci, 2011c).

Neste sentido, é pertinente reforçar que entre os objetivos do aparelho de hegemonia encontra-se o processo de apassivamento das massas, que possibilita dirimir os conflitos decorrentes do antagonismo de classe e facilitar a implementação e reprodução dos interesses particulares da classe dominante/dirigente, reforçando que "a capacidade expansiva da hegemonia de uma classe não se limita exclusivamente à direção política, mas inscreve-se igualmente nos

7 Nesta perspectiva (Gramsci, 2011b), os órgãos de opinião pública são apreendidos como os principais responsáveis pela difusão e cristalização do consenso (enfatizando os meios de comunicação, enquanto aparelhos privados de hegemonia, como pontos de contato entre a sociedade civil e a sociedade política).

diferentes aparelhos ideológicos e culturais da hegemonia" (Buci-Gluckmann, 1980, p. 87).

As próprias contribuições originais dos registros carcerários gramscianos permitem elucidar as problematizações realizadas pelo filósofo acerca das mudanças que ocorriam nas estruturas estratégicas dos Estados nacionais para o aperfeiçoamento das técnicas militares, com destaque para o seguinte trecho:

> O traço mais característico e significativo do atual estágio da técnica militar e, portanto, também da orientação das pesquisas científicas ligadas ao desenvolvimento da técnica militar (ou que tendem a este fim) parece que deva ser buscado no seguinte: a técnica militar, em alguns de seus aspectos, tende a tornar-se independente do conjunto de técnica geral e a transformar-se numa atividade à parte, autônoma.

[…] Esta situação da técnica militar é um dos elementos mais "silenciosamente" atuantes naquela transformação da arte política que levou à passagem, também em política, da guerra de movimento à guerra de posição ou de assédio (Gramsci, 2011c, CC 13, § 28, vl. 3, p. 80).

Assim, apesar de não vivenciar a efetiva consolidação dos modelos contemporâneos de serviços de inteligência (tendo em vista seu falecimento em 1937), o filósofo sardo apreendeu alguns dos principais aspectos que perpassaram o movimento de gênese das técnicas de atuação estratégica militar, em desenvolvimento na época, que possibilitaram, especialmente durante e após a eclosão da Guerra Fria, a criação dos aparelhos estatais de inteligência responsáveis por gerir e aplicar os métodos que caracterizam aquilo que hoje se classifica como guerras híbridas – dentre os quais, a CIA pode ser apreendida como modelo paradigmático de análise.

Neste sentido, torna-se pertinente recorrer às contribuições de Tilly (1996) acerca do longo processo histórico de formação e aperfeiçoamento de órgãos estatais (incumbidos da vigilância, coerção e repressão política e cultural) que culminou na consolidação dos serviços de inteligência contemporâneos. Segundo o sociólogo estadunidense, apesar dos modelos contemporâneos de inteligência surgirem efetivamente somente na segunda metade do século XIX, é possível identificar os primeiros indícios de formulação destas organizações

com o processo de complexificação das técnicas militares a partir de meados do século XVIII.

Ademais, a apreensão destes específicos componentes da máquina estatal deve considerar as particularidades que perpassam as configurações (internas e externas) dos Estados nacionais nos quais eles são arquitetados (Cepik, 2003). Este princípio implica a demanda por uma distinção basilar para esta pesquisa, que consiste no fato de que "no sistema formado de cima para baixo, vamos encontrar a lógica espacial da coerção. No sistema construído de baixo para cima, a lógica espacial do capital" (Tilly, 1996, p. 197).

É justamente neste ponto que esbarramos na necessária distinção entre as vias de desenvolvimento hegemônicas (cujos sistemas políticos tendencialmente são construídos de baixo para cima)[8] e as vias de desenvolvimento dependentes – cuja gênese pauta-se justamente na construção de um Estado rígido, respaldado por mecanismos legais que inviabilizem qualquer potencial transformação qualitativa da ordem de dominação historicamente estabelecida.

Neste ponto, leva-se em consideração as contribuições de Marini (2017) sobre a forma como os países de capitalismo dependente são submetidos a uma dupla exploração de sua classe trabalhadora: primeiramente pela classe proprietária interna (acostumada com privilégios garantidos e reproduzidos pelo Estado) e, em segundo lugar, pela burguesia hegemônica internacional (que subjuga, em graus distintos, tanto a classe trabalhadora quanto a burguesia dependente).

Assim, retomando os casos aqui propostos para análise, a CIA é identificada como um aparelho de Estado cuja função majoritária é a manutenção e reprodução dos interesses capitalistas estadunidenses (em território nacional e internacional) enquanto, por outro lado, dadas as condições materiais de construção, o SNI se consolida como estrutura de vigilância responsável pelo exercício de uma gestão rígida de acompanhamento da realidade interna que viabilize a reprodução de interesses do capital internacional e nacional.

Determinado fenômeno, entretanto, não implica na inexistência de métodos coercitivos e repressivos inerentes aos modelos de inteligência arquitetados em sociedades construídas de baixo para cima. Pelo contrário, conforme indica

---

8 Reforçando que esta não é uma regra geral, um Estado pode tornar-se hegemônico por vias autocráticas de transformação econômica, cultural e social, como é o caso da China contemporânea, podendo, ou não, passar por posteriores processos de integração das camadas populares na gestão efetiva do Estado – como foi o caso da via prussiana de desenvolvimento que marcou a ascensão alemã na lógica de disputa capitalista internacional.

Cepik (2003) estes órgãos de Estado possuem uma dupla funcionalidade de atuação: a coleta e sistematização de informações para gestão da segurança nacional (pressuposto de manutenção da Soberania) e o exercício coercitivo das medidas necessárias à garantia dos interesses desta segurança nacional (entendido como forma de manutenção do relativo consenso popular em relação aos princípios que regem a máquina estatal).

O que se vislumbra, contudo, na realidade concreta é o caráter deficitário da manutenção da Soberania por parte dos serviços de inteligência articulados em Estados de capitalismo dependente, tendo em vista que sua atribuição de consolidação do consenso envolve o atendimento de interesses que ultrapassam os limites nacionais, estendendo-se para a inclusão de demandas do capital externo que impõem, por meio de múltiplas ferramentas, pressões políticas e econômicas nas realidades subordinadas – especialmente daquelas localizadas no Sul Global (África, América Latina e Ásia).

Dentro desta perspectiva, as contribuições de Prashad (2020) acerca das estratégias de guerras híbridas desenvolvidas e implementadas pela CIA, e outras organizações estatais dos EUA, servem para explicitar este caráter problemático das formas de interferência do capitalismo hegemônico nos países periféricos – seja pela explicita intervenção bélica ou por outros meios, mais refinados, de influência indireta nas tomadas de decisão (a partir da imposição de medidas, por intermédio de organizações internacionais, ou pela aplicação de operações estratégicas que objetivam as transformações culturais e políticas da população).

Entretanto, independentemente da situação concreta imposta aos distintos serviços de inteligência que tomam forma nas múltiplas realidades da sociedade globalizada, um pressuposto se evidencia como constância no projeto de implementação e atuação destes órgãos estatais: a busca pela conquista e/ou manutenção de determinada hegemonia em meio à sociedade em que se encontram inseridos. De modo simplificado, indica-se que esta constante pode se consolidar tanto no sentido de garantir interna e externamente a reprodução dos interesses de uma grande potência capitalista quanto no de incumbir-se da manutenção, em menor grau, das questões nacionais subordinadas ao interesse dominante estrangeiro (consolidando-se enquanto construção detentora de uma funcionalidade pública com caráter paradoxal).

Portanto, em diferentes graus e medidas, defende-se que os serviços de inteligência podem ser apreendidos como "aparelhos estatais de hegemonia",

responsáveis pela produção de informações e contrainformações[9] que, em última instância, objetivam consolidar o consenso ideológico que potencialize a reprodução de hegemonia política e econômica estadunidense na realidade contemporânea analisada (relação dos EUA com o Sul Global, mais especificamente o Brasil).

É pertinente, ainda, indicar que a atuação cotidiana dos agentes de inteligência (seja qual for a agência e Estado) não perpassa uma reflexão crítica e aprofundada de todas as implicações, interesses e determinações que fundamentam suas tomadas de decisão e posicionamento frente a um fenômeno – inclusive, na maioria dos casos, a ação não é reconhecida enquanto atuação a partir de princípios ideológicos.

A essência da ideologia (seja ela contrária ou a favor da ordem de dominação instituída) consiste, justamente, em viabilizar que ações cotidianas sejam realizadas de forma prática, na maioria das vezes acrítica, de modo que os sujeitos singulares contribuam, direta ou indiretamente, para a implementação ou reprodução de interesses de um grupo/classe. Não deixando, claro, de ressaltar que em determinados casos a conscientização dos elementos ideológicos pode servir como base, de fato, para o desencadeamento de ações estratégicas persecutórias ou, em alguns casos, para a produção do conhecimento da humanidade.

Neste sentido, reforça-se as estratégias, com objetivos de consolidação de consenso ideológico, que foram desenvolvidas e aperfeiçoadas pelos dois órgãos de inteligência propostos para análise. Fundamentando sua atuação a partir dos princípios de uma "guerra psicossocial" previstos pela doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra brasileira, os agentes do SNI produziram, em julho de 1978, o relatório intitulado "Atividades subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão".

O documento, elaborado com o objetivo de ser amplamente difundido entre a comunidade de informações brasileira, apresenta algumas instruções e sugestões táticas para o combate à infiltração subversiva em território nacional, que consistia na "execução de uma ação repressiva inicial seguida de uma doutrinação cívica sobre a população" (*SNI*. ACT_ACE_1545_81, 20 de julho de

9 A produção de contrainformação é uma das principais atividades desenvolvidas por órgãos de inteligência para garantia da manutenção e reprodução da hegemonia, de forma simplificada, indica-se que a técnica consiste em forjar fatos para difusão em meio à sociedade civil (objetivando conquistar o consenso popular em favor dos interesses de Estado) ou em organizações inimigas (com finalidades estratégicas efetivamente militares).

1978, lauda 21). A partir deste e outros documentos, foram identificadas, em trabalho anterior (Neves Jr., 2021), três das principais estratégias utilizadas pela comunidade de informações para contribuir com a consolidação do consenso ideológico em território nacional, sendo elas:

- A *repressão efetiva*: compreendida tanto pela prisão arbitrária, aplicação de tortura e execução sumária de pessoas potencialmente subversivas;

- O *recondicionamento doutrinário*: por vezes nomeado pelos agentes do SNI como "reavivamento patriótico" consistia justamente no processo de doutrinação da população local (recorrendo, ou não, aos métodos de tortura) objetivando cooptar sua colaboração para o combate à subversão;

- O *direcionamento ideológico*: método muito mais requintado, tomou forma principalmente a partir de 1978 e consistia na manipulação de grupos e organizações para adequá-los a um determinado modelo de esquerda aceitável para o país, podendo ser realizado por intermédio da infiltração de agentes do governo em organizações de oposição ou pelo financiamento de ideias e projetos imediatistas, entre outros.

Estas e outras estratégias (bem mais aperfeiçoadas) perpassam as formas de atuação dos órgãos de inteligência estadunidenses no desenvolvimento das guerras híbridas. As contribuições de Korybko (2018), Prashad (2020) e Bevins (2021) são elucidativas sobre os requintados métodos de influência dos EUA nas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de outros países para o atendimento de seus interesses.

Seja por intermédio de órgãos internacionais (como o FMI), pelo financiamento de grupos adeptos de políticas mais favoráveis aos EUA, pelo investimento na produção de conteúdos para difusão em meios de comunicação, ou, mesmo, pela intervenção bélica, os serviços de inteligência estadunidenses contemporâneos demonstram grande capacidade de influenciar a consolidação de consensos ideológicos que favoreçam a manutenção de sua hegemonia em nível internacional.

O caráter paradoxal do objeto

Para Bevins (2021) o golpe militar brasileiro de 1964 pode ser considerado como uma das mais bem sucedidas estratégias da cruzada anticomunista de Washington. De fato, as fontes documentais mobilizadas para esta pesquisa e o trabalho anterior que a fomentou (Neves Jr., 2021) contribuem para sustentação desta afirmação, tendo em vista a forma como os princípios ideológicos do anticomunismo, em diferentes graus de coesão, nortearam o desencadeamento das ações persecutórias orquestradas e acompanhadas pelo SNI durante todo o período de vigência da ditadura militar brasileira.

Ademais, é relevante considerar o modo como o bolsonarismo[10] ascendeu na realidade do Brasil contemporâneo, principalmente a partir de 2014, mobilizando setores da população a partir de uma nova roupagem de luta anticomunista – esta nova articulação política de extrema direita alinha-se a um movimento internacional que nos EUA teve como principal representante o anterior presidente do país Donald Trump (2017-2021).

Assim, apesar do órgão de inteligência brasileiro ter sido extinto em 1991, sendo substituído pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), é possível inferir que sua atuação na busca pela consolidação do consenso anticomunista obteve êxito em determinadas camadas da sociedade brasileira. Sem ambicionar aprofundar as dimensões contemporâneas do anticomunismo, este artigo se limita a problematizar a forma como sua continuidade, em uma aparente descontinuidade, contribui para a validação da afirmação de Bevins (2021).

Dentro desta perspectiva, Pecequilo e Marzinotto Jr. (2022) indicam que o desenvolvimento tecnológico foi a chave para a construção do projeto de política externa anticomunista protagonizado pelos EUA durante o período de Guerra Fria, especialmente no que tange à aplicação e adequação destas novas tecnologias para as dimensões militares e estratégicas – obtendo conquistas mais efetivamente visíveis a partir da década de 1980.

Ikenberry (2011), classifica este processo multidimensional de fusão das estratégias militares com os elementos de coerção e convencimento ideológicos

---

10 O bolsonarismo, enquanto fenômeno ideológico pauta-se, de forma geral, em princípios do moralismo tradicionalista religioso, do conservadorismo político militarista e da gestão ultraliberal da economia. Seus apoiadores representam grupos relativamente distintos, dentre os quais identificam-se mobilizações em defesa de uma intervenção militar, existindo, também, setores minoritários que divergem desta perspectiva (Barbosa, 2022).

como a construção do "Leviatã Liberal". Samir Amin (2004), por sua vez, problematiza a forma pela qual o modelo de democracia liberal americanista passou a ser amplamente difundido e imposto aos países do Terceiro Mundo durante o processo de globalização da economia capitalista – particularmente com o colapso da União Soviética, tornou-se possível aos EUA uma propagação internacional de seu modelo de gestão política e econômica como processo supostamente inexorável de desenvolvimento da humanidade.

Determinado modelo de imposição ao alinhamento externo coloca em xeque os princípios fundamentais de Soberania nacional que, supostamente, deveriam nortear o desenvolvimento de países contemporâneos edificados sobre o manto de uma democratização internacional. O fenômeno torna-se ainda mais complexo quando são levados em consideração os problemas elencados acerca dos métodos estratégicos de atuação dos serviços de inteligência contemporâneos, especialmente no que tange ao protagonismo estadunidense de aplicação das guerras híbridas.

A partir da alusão platônica do Estado entendido como uma Hidra (cujas inúmeras cabeças decorrem da implementação de medidas e leis reguladoras com baixa ou sem serventia), Mészáros (2021) ressalta as formas legalizadas do intervencionismo histórico dos EUA em países da América Latina, reforçando que, nos parâmetros das transformações ocorridas no sistema de produção capitalista, o processo de globalização tem como única perspectiva a disputa entre potências pela conquista do status de "Estado coercitivo global". Desta forma, segundo o filósofo húngaro:

> De fato, paradoxalmente, no domínio político, essa novidade economicamente dominante ajuda a criar a falsa aparência de um "sistema democrático" - ideologicamente racionalizado e idealizado.
> Contudo, a verdade do assunto realçado pelas continuidades época os reveladoramente persistentes e inseparável de todas as formações políticas antagonísticas é que o Estado capitalista, a despeito de sua automitologia "democrática", nunca, em toda a sua história, conseguiu abandonar a afirmação hierárquica de exploração autoritária do seu domínio, posta em vigor sem cerimônias (Mészáros, 2021, p. 64-65).

Apreende-se, deste modo, que a existência de serviços de inteligências nos parâmetros das sociedades contemporâneas se apresenta como um paradoxo duplo. Primeiro, deve-se considerar que a atuação destes órgãos, no sentido de exercer a coerção ideológica da sociedade em prol da manutenção da hegemonia interna do país, por si só, consolida um primeiro aspecto contraditório: as liberdades democráticas da população são limitadas pelos interesses de segurança nacional, provenientes da concepção de gestão da elite dirigente que ocupa o Estado-nação. Em segundo lugar, o caráter desigual do desenvolvimento tecnológico, que caracteriza o sistema capitalista de produção, inviabiliza que os serviços de inteligência dos países periféricos, de economia dependente, consolidem-se enquanto efetivos mecanismos de garantia da Soberania nacional frente às refinadas estratégias de interferência desenvolvidas por seus congêneres hegemônicos.

Estas problematizações constituem apenas um primeiro passo para o extenso debate necessário à teorização do fenômeno das guerras híbridas e das reais dimensões dos serviços de inteligência (em nível nacional e internacional). Contudo, é possível identificar que as reflexões e análises apresentadas contribuem com resultados provisórios que compactuam com as teses que defendem a incompatibilidade entre a existência de regimes políticos democráticos nos parâmetros do sistema econômico capitalista de produção (Wood, 2003; Mészáros, 2021).

Considerações Finais

O presente trabalho representa um esforço inicial para a teorização do fenômeno das guerras híbridas a partir do prisma analítico das Ciências Sociais (especialmente da Ciência Política, Sociologia e Relações Internacionais), partindo da problematização das relações que foram estabelecidas entre Estados Unidos e Brasil por meio do acordo entre a *Central Intelligence Agency* (CIA) e o Serviço Nacional de Informações (SNI) durante o período de Guerra Fria.

Indica-se, assim, que a apreensão da forma compactuada e/ou subordinada que os serviços de inteligência assumem em realidades caracterizadas pelo modelo dependente de desenvolvimento capitalista é uma das principais chaves para a compreensão das múltiplas dimensões do fenômeno investigado. O Brasil, neste sentido, é considerado como um dos mais profícuos casos para a

análise, tendo em vista sua forte tendência de alinhamento com as diretrizes estadunidenses.

Assim, em um primeiro momento, este trabalho debruçou-se sobre a discussão das relações instituídas, por meio do acordo "Relação de Ligação entre o Serviço Nacional de Informações Brasileiro e o Serviço de Informações Americano" (1964), que viabilizaram a construção de uma comunidade de informações brasileira associada aos princípios da cruzada anticomunista estadunidense da época. Não deixando de evidenciar, contudo, que, no plano prático, as ideologias que fundamentam as tomadas de posição e atuação cotidianas tenderam a demonstrar-se relativamente heterogêneas.

Dentro desta perspectiva, em um segundo momento, a pesquisa ocupou-se de fundamentar a necessidade de ampliação da teoria gramsciana da hegemonia como forma de compreensão das dimensões que perpassam as diretrizes de atuação dos serviços de inteligência. Para tanto, se propôs a consolidação do conceito de "aparelho estatal de hegemonia", composto por órgãos de inteligência incumbidos da produção de informações e contrainformações que objetivam a cristalização de determinado consenso social, a partir de pressupostos ideológicos, que garantam a manutenção da hegemonia de determinada(s) classe(s) e/ou grupos que dirigem o Estado nacional.

Na busca pela sustentação da proposição, foram exemplificados alguns dos métodos implementados pelo SNI em sua "guerra psicossocial" contra a subversão em território brasileiro e das estratégias que perpassam os fundamentos estadunidenses de desenvolvimento e aplicação das "guerras híbridas". Dentro desta problemática, foram suscitados questionamentos acerca do caráter deficitário que os órgãos de inteligência assumem em realidades periféricas.

Em sua última parte, o artigo voltou-se para o debate do caráter duplamente paradoxal que os serviços de inteligência assumem na realidade contemporânea. Primeiramente, foi questionada a forma como seus princípios de atuação perpassam uma lógica antidemocrática de coerção social em prol da manutenção de abstratos pressupostos de segurança nacional. Em seguida, considerando um cenário internacional de capitalismo globalizado, foram elencados os aspectos desiguais de desenvolvimento tecnológico que dificultam a aplicação dos serviços de inteligência em Estados periféricos frente às sofisticadas estratégias de intervenção desenvolvidas pelos órgãos de inteligência de países hegemônicos.

Por fim, torna-se pertinente reforçar que o presente trabalho não ambiciona, de forma alguma, esgotar as discussões acerca da problemática abordada.

Muito pelo contrário, a partir da disponibilização de resultados provisórios, provenientes de uma análise exploratória qualitativa realizada em arquivos documentais inéditos, almeja-se incentivar o desenvolvimento de novas pesquisas, nas distintas áreas do conhecimento, preocupadas com a teorização de um fenômeno de suma importância para a manutenção e/ou consolidação das Soberanias em países periféricos; o fortalecimento de instituições e regimes democráticos; a superação das relações internacionais de dependência e dominação.

Referências Bibliográficas

AMIN, Samir. *The Liberal Virus*: permanent war and the americanization of the World. Monthly Review Press, New York (EUA), 2004.

BARBOSA, Jefferson R. Bolsonarismo, mitos e mitologias políticas: direita radical e a apologia a intervenção militar. In: BARBOSA, Jefferson R.; HERNÁNDEZ, Oscar A. P. (Orgs). *Extremismos políticos e direitas*: Bolsonaro, Trump e a crise das "democracias". São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 35-68, 2022.

BEVINS, Vincent. *The Jakarta Method*: Washington's Anticommunist Crusade & the Mass Murder Program that Shaped Our World. New York: Public Affairs, 2021.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. Organizaciones y prácticas anticomunistas en Argentina y Brasil (1945-1966). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 34-52, 2016.

CEPIK, Marco. *Espionagem e Democracia*: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização dos serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CIA-USA, The Intensified Rivalry Bettween Brazil and Argentina, september 04, 1973. Disponível no endereço eletrônico: https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R002000120044-5.pdf (acessado em 02 de junho das 2021 às 16h09min).

EUA. *Central Intelligence Agency*, Memorandum from Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger, Washington, 11 de abril de 1974. Disponível em: https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99 (acessado em 29 de maio de 2019 às 12h12m).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, vl. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, vl. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, vl. 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c.

IKENBERRY, John G. *Liberal Leviathan*: the origins, crisis, and transformation of the American world order. New Jersey: Princeton University Press, 2011.

KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas*: das Revoluções Coloridas aos Golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy M. Dialética da Dependência. *Germinal*: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MATHIAS, Suzeley Kalil; ANDRADE, Fabiana de O. O Serviço de Informações e a cultura do segredo. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 537-554, 2012.

MÉSZÁROS, István. *Para além do Leviatã*: Crítica do Estado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

NEVES JR, José W. A. *A Ideologia de Segurança Nacional no Arquivo de Documentos do Serviço Nacional de Informações do Estado do Paraná (1964-1985)*. Tese (Doutorado) em Ciências Sociais apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/Marília. 2021.

PRASHAD, Vijay. *Balas de Washington*: Uma História da CIA, Golpes e Assassinatos. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PECEQUILO, Cristina S.; MARZINOTTO JR, Francisco L. Os Estados Unidos e a projeção de poder multidimensional: a Guerra Fria e o papel da Defense Advanced Research Projects Agency (1958-1989). *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 52-71, 2022.

SNI. Atividades Subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão, ACT_ACE_1545_81, 20 de julho de 1978. Disponível para acesso público nas dependências do Arquivo Nacional ou do NDPH-UEL.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

WOOD, Elen M. *Democracia contra Capitalismo*: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

tricontinental
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social